

TRABALHADORES MIGRANTES E TRABALHADORES LOCAIS: A QUESTÃO DOS DISCURSOS SOBRE O “OUTRO” NO SUL DE MATO GROSSO NAS DÉCADAS DE 1960-1970

Nataniél Dal Moro*

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX [e também desse início do século XXI]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esqueceram, tornam-se mais importantes que nunca [...].”

Hobsbawm (1995, p. 13)

Viso, com este projeto, compreender de forma mais sistemática os significados da intensa migração que o Mato Grosso experimenta na década de 1960, resgatando as mudanças e as permanências, as especificidades e as particularidades, as objetividades e as subjetividades construídas por meio das tensões do “vivenciar” o cotidiano, resgatando os sentidos que configuram a situação das pessoas que chegam e das pessoas que lá já estavam na região.

Nesse projeto existem dois grandes grupos de trabalhadores. Um é o dos trabalhadores que migraram para o espaço em estudo, principal foco desse escrito e o outro é dos trabalhadores locais, aqueles que já estavam na região sul de MT.

A história do sul de Mato Grosso, território que depois de 11 de outubro de 1977 tornou-se Estado de Mato Grosso do Sul, apresenta o elemento *migração populacional de trabalhadores* como uma constante, sobretudo a partir das décadas de 1930 e de 1940. No entanto, foi no decorrer das décadas de 1960 e de 1970 que a *migração populacional de trabalhadores* foi mais significativa, tanto no aspecto numérico como no percentual.

Isso se deu porque nesse período de 20 anos houve um aumento considerável de pessoas no sul de Mato Grosso e a concomitante intensificação percentual de habitantes no espaço territorial em questão (na década de 1960 observa-se um crescimento percentual de habitantes de quase 90% em relação à década anterior).

Essa migração foi empreendida ora pelo poder federal, estadual ou municipal, mas também via poder privado, em particular através das chamadas companhias de migração e de terras, além do próprio movimento aleatório de pessoas rumo a outros espaços. No período citado, aproximadamente 500 mil migrantes, em especial em idade produtiva e, particularmente, do sexo masculino, chegaram ao sul de Mato Grosso.

Contemplo nesse texto os migrantes e, conseqüentemente, o aumento populacional, inicialmente com predominância rural, algo que na década de 1970 vai se alterar e analiso parte de algumas de suas experiências perante o trabalho, sobretudo o rural. As fontes que manuseei me possibilitaram constatar que eram recorrentes os problemas recorrentes desta migração populacional de trabalhadores, tanto na zona rural, quanto sua saída do campo em direção às cidades, no interior da processualidade historicamente construída, da qual passam a ser parte integrante e objetiva.

O território sobre o qual existe o atual Estado de Mato Grosso do Sul pode ser considerado como um lugar de intenso fluxo de pessoas, bem como de culturas, aqui entendida como entrelaçamento das experiências construídas por meio das relações sociais, mas também de práticas ilícitas, sejam elas do Brasil, do Paraguai ou da Bolívia. Justamente pelo caráter indefinido do que era o “ser brasileiro” desta região, é que o poder federal resolveu integrar este território ao resto da nação brasileira, já que parte dele, antes de 1872, ou seja, antes dos acertos decorrentes da oficialização do Tratado de Paz Loizaga-Cotegipe entre o Brasil e o Paraguai, em razão do término da *Guerra contra o Paraguai*, era território da nação guarani, tendo terras extremamente agricultáveis. Atualmente esse território representa cerca de 20% da área do Estado de Mato Grosso do Sul, que à época era um território litigioso.

Para tanto, o Estado brasileiro se utilizou de instrumentos como: serviço de correio, escolas, igrejas, quartéis, hospitais, bairros, dentre outros órgãos públicos, para controlar o espaço, pois este carecia de nacionalidade brasileira no sentido de que havia poucos, e o problema para o Estado é que estes *poucos nacionais* não conseguiam explicitar que aquele espaço era de fato do Brasil: isso sim era um problema territorial de primeira grandeza no afrente à soberania da nação Brasil. Segundo escreveu, na década de 1940, o jurista cearense em atuação profissional no sul de Mato Grosso, José de Melo e Silva, era necessário “construir a civilização da fronteira” (MELO E SILVA, 2003, p. 168), ou seja, a fronteira, sobretudo a com o Paraguai, deveria ter “um império da civilização nacional”

(Ibidem) para explicitar que a região era brasileira e não paraguaia, já que o trânsito de indivíduos era contínuo, inclusive por parte de trabalhadores, muitos dos quais indígenas.

A instalação da linha telegráfica, no início do século XX, a chegada dos trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), em 1914, ao Município de Campo Grande e, em 1953, em Corumbá, além de sua posterior ramificação, com o ramal Campo Grande-Ponta Porã, a construção, também em Campo Grande, do Quartel Militar, em 1913 e sua instalação definitiva em 1914, assim como a implantação de núcleos de colonização, como o da Colônia Agrícola de Terenos em 1924 e o da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943, explicitam esta conduta de integração nacional, sobretudo no Governo Vargas (1930-1945), em especial na chamada *Marcha para o Oeste*, a partir de 1938. A Base Aérea de Campo Grande, em 1932 e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 1938, também sinalizam a realidade discursiva de um projeto de integração territorial do Brasil via efetiva ocupação do espaço oestino e, de forma institucional e militar, do fronteiriço, como quando da criação no sul de MT do Território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-lei n. 6.550, de 31 de maio de 1944.

Na década de 1930, o Estado de Mato Grosso, então na condição de segunda maior Unidade Federativa do País em extensão territorial, mesmo com expressivo apoio governamental, tinha somente 373.514 mil habitantes, sendo que no sul do Estado residiam 179.996 indivíduos. A municipalidade mais populosa do sul de Mato Grosso era Campo Grande com 29.890 pessoas, seguida por Corumbá com 27.890. Ponta Porã tinha 25.490 residentes, sendo que Dourados possuía 14.081 habitantes.

Cabe destacar que Campo Grande, além de ser a cidade mais populosa do sul de Mato Grosso, era a segunda municipalidade mais populosa de todo o Estado, ficando atrás somente da capital estadual, que era Cuiabá. Esta por sua vez tinha um total de 47.819 mil residentes. Entretanto, o Município que mais cresceu populacionalmente nas décadas de 1950 e 1960 não era nem Campo Grande (capital econômica) e nem Cuiabá (capital política), mas sim Dourados (capital da migração), pois teve um aumento percentual da população na ordem de 400% entre as décadas de 1930 e de 1960. Embora, já na década de 1940 e, sobretudo na de 1950, Campo Grande fosse a cidade na qual havia o ritmo econômico mais dinâmico de todo o Estado de Mato Grosso: tinha 155 indústrias, 992 operários e a produção industrial de Campo Grande representava quase 25% do total da produção industrial de Mato Grosso, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE, 1958, p. 122). Por estes aspectos, dentre outros, foi denominada, em 1957, segundo matéria intitulada *Primórdios de Campo Grande, de Metrópole Econômica do Estado* (CONGRO, 1957, p. 45). Contudo, a população da *Capital Morena* não apresentou um crescimento percentual tão expressivo quanto o da população de Dourados.

Distante 912 quilômetros da capital Cuiabá, Dourados tinha em sua história uma relação mais próxima com o Paraguai (território de certa forma símbolo de uma não-brasilidade) do que com os Estados de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Em 1914, ocorreu a criação do Distrito de Paz e, em 1935, a emancipação política e administrativa e a conseqüente separação territorial de Ponta Porã (local fronteiriço com o Paraguai). José de Melo e Silva (2003, p. 142) afirma, na obra *Fronteiras guaranis*, que o Município de Dourados era um local no qual o visitante ficava fascinado pela fertilidade do solo, sendo que *de um tudo ali vicejava*.

Vicejam ali, com exuberância selvagem, soberba, todas as plantas dos trópicos, dos climas temperados e frios. Tamaña é a capacidade produtiva daquele chão de seiva bendita que, se não fossem as geadas, que tudo destroem, exceção da erva-mate, qualquer cultura ali se perpetuaria, em forma silvestre, reproduzindo-se espontaneamente pela brotação das sementes, que se espargem ao léu dos ventos (MELO E SILVA, 2003, p. 142).

Este tipo de concepção e a possibilidade de residir na região sul de Mato Grosso nas décadas de 1950 e de 1960 fizeram com que muitos indivíduos migrassem, embora pairavam informações de conflitos sangrentos entre posseiros e jagunços na região norte do Estado do Paraná, justamente pela chegada de migrantes na localidade e a aquisição, por parte destes, de terras.

No *Recenseamento Geral do Brasil – 1950*, consta que o Estado de Mato Grosso tinha uma população total de 522.044 habitantes (FIBGE, 1956, p. 1), sendo que no *Censo Demográfico - 1970*, o total de residentes já era de 1.597.090 indivíduos, ou seja, num período de 20 anos, de 1950 a 1970, o aumento populacional de Mato Grosso foi de mais de 300% (FIBGE, 1970, p. 4).

O principal atrativo estava na busca de uma *realidade melhor* do que a situação anterior destes sujeitos, particularmente do aspecto econômico. Para alcançarem esta *realidade melhor*, aproximadamente 500 mil pessoas migraram para o sul de Mato Grosso, principalmente com o intuito de trabalhar em atividades rurais, agricultura e/ou pecuária, ou indiretamente ligadas à estas, pois a maioria dos migrantes era força de trabalho qualificada apenas nestes setores, e não na indústria ou no comércio (MORO, 2003, p. 44-68).

Segundo o *Censo Demográfico – 1970*, havia 281.383 mil trabalhadores em ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal, 272.499 mil trabalhadores não qualificados na agropecuária e 234.749 mil trabalhadores de enxada, sendo que mais de 95% destes trabalhos eram realizados por sujeitos do sexo masculino. Já nas atividades industriais, por exemplo, nas ocupações das indústrias de transformação e da construção

civil, existiam 45.646 trabalhadores, sendo que menos de 10% eram do sexo feminino (FIBGE, 1970, p. 52).

Os migrantes, na maioria das vezes, não eram sujeitos abastados o suficiente para recuperarem-se de deslizes de ordem econômica. A grande parte deles tinha apenas suas – poucas – economias, ou seja, possuíam *dinheiro contado*. Era preciso calcular, por isso, muito bem a ação que materializariam, ou poderiam estar fadados à condição de mendigos. Alguns trabalhadores procuravam conhecer, por meio de excursões, já que não havia linha de ônibus, os Estados de Goiás e de Mato Grosso e verificar a situação das terras que objetivavam comprar. Esta era uma forma de precaução que contribuiu para que fossem estabelecidas, na década de 1970, linhas diárias, devido tamanha necessidade de deslocamento de pessoas, seja no sentido Região Sul-Região Centro-Oeste, ou vice-versa. Mas havia também os migrantes que nem isso podiam fazer, já que suas economias não davam para custear uma viagem desse porte. A solução era, em muitos dos casos, a de simplesmente andar ou ir pedindo carona na direção que rumava para o Oeste, que dizer, para Campo Grande, tal como faziam os nordestinos que não estavam satisfeitos com a realidade do Estado de São Paulo.

O caso de Dourados, aqui retomado devido sua expressividade contextual, é muito significativo para explicitar o fluxo migratório, ou a chamada *invasão populacional*, da região. Dourados, que tinha somente 14.081 habitantes em 1936 passou a ter 84.955 pessoas no ano de 1960; Campo Grande, no mesmo período, passou de 29.890 para 64.934 habitantes. Outra característica que consolida a afirmação de que os migrantes destinavam-se mais para as atividades rurais (agricultura/pecuária) do que para as urbanas (comércio/indústria) é o fato do aumento populacional em Dourados ter ocorrido na zona rural e não na zona urbana. Já em Campo Grande, verifica-se o processo inverso: aumento populacional na zona urbana e não na rural. Em todo caso, a maior parte da população migrante destinava-se inicialmente para a zona rural, uma vez que o aumento total de pessoas ocorreu quantitativamente nesse espaço, embora da década de 1970 para a de 1980 tenha ocorrido o inverso, como demonstram os dados da tabela 1.

Tabela 1. População rural e urbana no sul de MT/MS: 1940-1980

População	Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
Rural	158.223	195.850	337.564	546.094	450.444
Urbana	80.417	113.545	242.088	452.117	919.123
Total	238.640	309.395	579.652	998.211	1.369.567
Total do crescimento percentual por década		30%	87%	72%	37%

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande, IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 5-6.

Esses dados numéricos explicitam um crescimento percentual de toda a população do sul de Mato Grosso, no entanto parte desse aumento deu-se com especificades em algumas municipalidades. Em Dourados, por exemplo, essa migração foi muito maior na zona rural do que na urbana. Esta realidade, extremamente diferente da de Campo Grande, foi fruto das diversas ações políticas empreendidas pelo poder federal, pelo estadual e pelo municipal, que ajudaram na construção de um projeto que intencionou objetivar ideologicamente uma imagem positiva sobre o Município de Dourados, bem como com medidas legais que facilitaram as aquisições de terras.

Em Campo Grande torna-se pertinente considerar o aumento de pessoas na zona urbana como uma questão estrutural, isto é, pensando esses sujeitos em ambiente urbano como predominantemente constituído por indivíduos sem posses territoriais ou trabalho/emprego, “vitimados” pela concentração fundiária local, já que dados de pesquisas de campo (BITTAR, 1999; XAVIER, 1981) explicitam que esse significativo aumento populacional no espaço urbano da Campo Grande das décadas de 1960 e de 1970 é consequência da perda do emprego/trabalho no campo, em especial nas fazendas, por parte dos trabalhadores locais.

Sobretudo em razão da concentração fundiária, no

final dos anos 70 e início dos anos 80, a Capital *Morena* assistiu ao “boom” do surgimento das favelas, formadas basicamente de pessoas expulsas da terra [...]. Sem emprego e sem moradia, a população, oriunda das fazendas do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, erguia barracos precários e passava a viver em condições subumanas. Uma pesquisa realizada por estudantes [...] já revelava a dura realidade: na favela da vila Nhanhá, uma das principais a serem formadas na capital, com mais de trezentas famílias, 50% eram provenientes do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e, destas, 34,3% tinham como local de moradia anterior as próprias fazendas da região – representando

um deslocamento direto do antigo local de residência para o novo local – a favela. Isso sem contar as outras famílias que, relutantes em se fixar, de imediato, naquele local, haviam “tentado a sorte” em Dourados (14,6%), em outros bairros de Campo Grande (11%), ou em cidades como Fátima do Sul, Miranda, Rio Negro, Glória de Dourados e Ivinhema (25,6%) (BITTAR, 1999, p. 244).

Deve-se considerar, também, como elemento vital no processo migratório que ocorreu no sul de Mato Grosso, o fato de muitos destes migrantes estarem em situação economicamente desfavorável em suas terras de origem. Um exemplo desta afirmação é a crise agrícola que afetou o Estado do Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 e de 1950 e, por sua vez, causou um êxodo rural. Muitas pessoas, cerca de 3 milhões, ou foram para as zonas urbanas e/ou aventuraram-se para terras poucos exploradas, como as do norte do Paraná ou as do sul de Mato Grosso, fato que provocou um crescimento da fronteira, em particular da agrícola, no sentido leste-oeste do Brasil.

Caso também expressivo no sentido numérico é o dos nordestinos. Na década de 1940 eram cerca de 30.000 mil migrantes da Região Nordeste residindo em Mato Grosso. Esse número teve grande alteração, pois no ano de 1980, que retrata a realidade referente à década de 1970, o número de nordestinos no Estado de MT ultrapassou a marca dos 110.000 mil. Na década de 40 do século XX, o maior número de migrantes provinha dos Estados da Bahia (15.482 mil migrantes), do Ceará (2.676), do Maranhão (4.213) e de Pernambuco (2.080). Nos dados do ano de 1980 esse quadro de nomes dos Estados registrou pouca alteração, algo não procedente para a quantidade dos que migraram: Alagoas (15.042), Bahia (31.122), Ceará (20.213), Maranhão (777) e Pernambuco (26.597).

Porém, a quantidade de migrantes mais expressiva estava no sul de Mato Grosso, território que depois se tornou Estado de Mato Grosso do Sul, era, em 1980, a dos paulistas: 172.257 mil pessoas, seguida dos paranaenses: 91.999. A terceira maior quantidade era a de mineiros: 46.407, a quarta a dos baianos: 31.122 e a quinta a dos pernambucanos: 26.597, conforme os dados contidos no material intitulado *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000* (IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 10).

Definindo fontes e construindo delimitações nas problemáticas

Em decorrência dessa migração populacional de trabalhadores houve um acréscimo da mão-de-obra rural e urbana que possibilitou, em parte, um “crescimento significativo da economia”, sobretudo nas culturas agrícolas, sendo o arroz e a soja os produtos que mais contribuíram percentualmente para o aumento total no valor bruto de produção (VBP) do setor primário do sul de Mato Grosso, referente ao ano de 1976. Situação essa

que não foi verificada com tanta expressividade na cultura agrícola do milho, tendo isso motivo de ser porque esse grão destinava-se para o consumo de subsistência na zona rural, notadamente pelos pequenos proprietários e pelos próprios trabalhadores rurais, muitos dos quais deixaram o meio rural no decorrer da década de 1970.

No entanto, esse “crescimento significativo da economia”, além de não ter proporcionado o acesso, a permanência e o crescimento econômico dos segmentos menos abastados à terra, também não diversificou/transformou a estrutura produtiva do ponto de vista sócio-econômico, pois em 1976 o setor primário, nesse caso representado pela pecuária (gado bovino) e pela agricultura (lavoura), produzia mais de 90% do valor bruto desse setor (ESTADO DE MATO GROSSO, 1976, p. 2), tendo em vista que a mecanização rural causou problemas estruturais, sendo o da relação trabalho-capital um dos mais substanciais.

Inter-relacionado com a questão da migração populacional de trabalhadores para o sul de Mato Grosso ocorreram nesse período e local alterações e transformações em alguns segmentos sociais, como o dos pequenos proprietários e o dos trabalhadores locais (FIBGE, 1977, 1982). O primeiro segmento teve a área de suas pequenas propriedades reduzida em percentual, embora o número total destas propriedades rurais tenha aumentado. O outro segmento, sobretudo em virtude da modernização rural, em especial a mecanização agrícola, teve reduzida a sua necessidade por parte do empregador, já que com a modernização rural um trabalhador mecanizado podia realizar o trabalho de vários trabalhadores braçais. Com isso, uma parte dos pequenos proprietários rurais que venderam suas terras e também dos trabalhadores locais teve que procurar o espaço urbano para trabalhar, fenômeno aqui entendido como êxodo rural.

Diante dessa concretude histórica que problematizei a respeito dos trabalhadores do sul do Estado de Mato Grosso, grosso modo aqui ainda entendidos como trabalhadores migrantes e trabalhadores locais, é que me questionei sobre que posição materializou a imprensa jornalística do período. Sendo assim, surgiu a seguinte indagação: que tipo de construção de imagem discursiva foi feita pelo meio de comunicação impresso Jornal Correio do Estado sobre os trabalhadores, muitos dos quais migrantes, mas outros tantos trabalhadores locais? Este meio jornalístico de comunicação era o veículo impresso mais expressivo do sul de Mato Grosso, sendo que, assim como outrora, ainda é líder na venda de exemplares no atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Um exemplo disso é que de 1972 até 1980, segundo dado veiculado em matéria intitulada *Migração: o fluxo aumenta 100% este ano* (1982, p. 11), informação que foi publicada pelo Jornal Correio do Estado, aproximadamente 500 mil migrantes “invadiram”, na posição textual do discurso propagado pelo referido Jornal, o sul de Mato Grosso. O obje-

tivo mais evidente destes migrantes, conforme o discurso do texto jornalístico, na maioria dos casos do sexo masculino e sem qualificação profissional adequada, era a procura por trabalho/emprego, sobretudo com a agricultura e/ou pecuária. Contudo, a questão central posta nessa realidade é justamente a da “invasão” do espaço. Fato esse que não se limita em si mesmo, pois causa, e daí o problema, a alteração e/ou até transformação da ordem até então posta socialmente. É no intuito de compreender como é que o Jornal Correio do Estado e o Governo Estadual pensavam os trabalhadores do sul do Estado de MT que desenvolvo essa pesquisa.

Pensando em articular as questões/tensões sociais produzidas pela migração populacional de trabalhadores, pelas práticas sociais dos trabalhadores locais que já estavam no espaço e no tempo em estudo, pelo chamado crescimento econômico, em especial o agrícola, e pela inversão populacional no sul de Mato Grosso, considero adequado frisar que essa articulação produzida por “pessoas comuns” possui base em escritos do historiador Eric J. Hobsbawm (1988, p. 21), quando a este respeito, lembrou-nos de que quaisquer

que tenham sido suas origens e dificuldades iniciais, a história feita pelo povo decolou agora. E recuando a vista para a história do povo comum, não estamos tentando apenas dar-lhe uma importância política que nem sempre teve, mas tentando, de forma mais geral, explorar uma dimensão desconhecida do passado.

É este passado que pretendo analisar na presente pesquisa. Farei isso com as fontes existentes no atual Mato Grosso do Sul. Intelectualmente essa vivência contribuirá, no meu entender, em minha formação profissional e trará uma análise que, em minha concepção, servirá para preencher parte da lacuna existente na história de Mato Grosso do Sul, sobretudo da história social do trabalho e dos trabalhadores, em particular sobre o discurso construído pelos poderes público e privado a respeito deles, isto é, dos trabalhadores.

Interpretar a “idéia vendida”, no sentido de forma de pensamento (que são os discursos) e práticas materiais (que é a realidade), nas matérias do Jornal Correio do Estado, muitas das quais inéditas para a maioria dos pesquisadores nas Instituições de Ensino Superior (IES) de Mato Grosso do Sul, trará também a explicitação de uma forma mais delineada de como foi construída a imagem do trabalhador. Afinal, como escreveu o filósofo alemão Walter Benjamin (1980, p. 65) em um de seus textos sobre o papel do historiador, este “*está obrigado a explicar, de uma maneira ou outra, os incidentes de que trata: não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo.*”

Tendo em vista essa problematização, o objetivo geral do projeto de pesquisa é o de analisar como foi construída, seja por meio de práticas discursivas, tanto de órgãos públicos como de instituições privadas, ou pela materialização de ações públicas ou privadas,

a imagem do trabalhador, tanto o da zona urbana como o da zona rural, no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e de 1970, tendo como base principal para isso as matérias (fontes) jornalísticas do Arquivo do Jornal Correio do Estado.

Para sanar o objetivo em questão considereei pertinente coletar material em três locais, que são: Arquivo do Jornal Correio do Estado, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

O *Arquivo do Jornal Correio do Estado* é o principal local para coleta de dados sobre os discursos históricos e as práticas materiais que construíram a imagem do trabalhador no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e de 1970. Este arquivo do jornal é muito importante para melhor compreender os discursos e suas formas, pois o Jornal Correio do Estado, fundado em 7 de fevereiro de 1954, era o principal, e também o mais importante, meio de comunicação impressa de Campo Grande e de muitas municipalidades do sul de Mato Grosso, além de possuir matérias, como da área política e da economia, que servem para analisar o discurso empreendido, tanto pelos órgãos públicos como pelas instituições privadas, sobre a imagem do trabalhador desta região, atual Estado de Mato Grosso do Sul e daquele tempo, isto é, décadas de 1960 e de 1970. Nas páginas deste meio de comunicação encontro uma posição cotidiana a respeito do trabalhador. Penso que é esta a principal contribuição da presente fonte de pesquisa, pois propicia fatos, quase que diários, de uma forma de representação da realidade, ou seja, de uma visão de mundo que o Jornal Correio do Estado defendia (e veiculava) como instrumento de comunicação. Para tanto utilizo o conteúdo escrito dos editoriais e das reportagens ligadas à questão/tensões do mundo do trabalho.

A *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)* possui escritório na cidade de Campo Grande, tendo mais de 3.000 mil obras disponíveis para consulta e fotocópia. O principal objetivo na escolha pela utilização desta Instituição para coleta de dados é porque nesse local existem materiais quantitativos, tanto de população como da economia no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e de 1970. Os Censos de 1960, de 1970 e de 1980 possuem dados numéricos que me permitem compreender o fluxo populacional de migrantes para o sul de Mato Grosso e para identificar quais as municipalidades que foram “invasas” por estas pessoas. Além disso, possibilita-me constatar o aumento das pequenas e das médias propriedades rurais e a conseqüente diminuição quantitativa das grandes propriedades. Diretamente ligado à este fato está o crescimento de algumas culturas agrícolas, como no caso da soja, algo antes pouco expressivo, e até em algumas regiões inexistente, na economia do sul de Mato Grosso.

O *Governo do Estado de Mato Grosso do Sul* possui biblioteca localizada no Parque dos Poderes, em Campo Grande, e possibilita consulta aos pesquisadores. Meu objetivo

nesse local é o de analisar o conteúdo dos Diários Oficiais, tanto nos anos em que o sul de Mato Grosso compunha o Estado de Mato Grosso, de 1960 a 31 de dezembro de 1978, como depois da divisão de MT (11.10.1977) e da criação de Mato Grosso do Sul (01.01.1979). Nestes materiais pretendo encontrar leis e, de forma mais reduzida, textos dissertativos que me possibilitam explicitar como o poder público e os seus segmentos compreendiam o trabalhador, em particular pensando como experienciavam a presença dos trabalhadores que lá estavam, no sentido de qual utilidade teriam, tanto no âmbito regional como no nacional, mas também com aqueles que chagaram nas décadas de 1960-1970, isto é, no intuito de externar que alterações e que permanências ocorreram no entendimento dos poderes público e privado.

Cabe aqui ressaltar que o sul de Mato Grosso, de modo geral, sempre esteve, na concepção propagada pelos discursos até então analisados sobre os poderes institucionalizados (público e privado), sedento por novos trabalhadores, particularmente dos provenientes de locais próximos ao litoral brasileiro, já que para o ideário do progresso eles, “os novos e civilizados sujeitos”, eram mais adequados, isto é, sujeitos trabalhadores mais enquadrados às disciplinarizações e às hierarquizações do trabalho civilizado. Civilizado no sentido de ser superior ao que no sul de Mato Grosso existia.

Sendo assim, e com base nas fontes de pesquisas antes problematizadas, o meu intuito é o de construir um discurso que explicita textualmente como foram construídos os discursos sobre o trabalhador no sul de Mato Grosso, tendo sempre em pauta que devo realizar essa prática considerando, o quanto mais isso for possível e eu conseguir interpretativamente, a realidade histórica experienciada pelos sujeitos em questão. Fazer isso para mim é sempre uma ação de explicitar os lugares sociais, as relações de poder e as próprias tensões cotidianas. Os modelos de discursos, os projetos e as práticas, tanto as da fala como as da ação, considerando como importantes as subjetividades do passado que estão imbricadas no corpo objetivo das fontes em estudo. Isso tudo eu entendo como sendo o que se chama de *cultura*, que por mim é concebida como construída e construtora de relações sociais que ocorrem por meio do entrelaçamento das práticas dos sujeitos históricos.

Procuo atentar-me também para as parciaisidades de uma representação do ocorrido, para os discursos feitos em espaços plurais e em temporalidades que são concomitantes e convergentes, mas não desconsiderando a temporalidade do contínuo e do descontínuo. Objetivo ater-me para as questões de gênero que se relacionam mais diretamente com o trabalho, para a posição dos sujeitos frente às ações de outros agentes históricos e, em especial, para a constituição (movimento) de relações de poder entre os sujeitos sociais, pois entendo que por meio disso é possível, e nesse caso também necessário, visualizar,

ou “olhar”, uma história feita de e por inúmeros sujeitos históricos. “Olhar” com o qual se pode ver a existência de história(s) das chamadas “pessoas comuns”.

O problema de pensar as “pessoas comuns” academicamente nunca residiu na dificuldade de explicitar a grandeza, quiçá institucionalizada, de seus feitos, mas sim na limitação do “olhar” dos pesquisadores que se propuseram a compreender as suas experiências, até porque os próprios estudiosos possuem um “olhar” enviesado por suas experiências da e na concretude social. Em todo caso, procuro sempre fazer o meu ofício de “[...] lembrar o que outros esqueceram [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 13), embora não consiga mensurar o alcance, se é que ele existe, da prática de meus estudos na sociedade.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da PUC/SP, com a dissertação intitulada “Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)”, sob orientação da Profa. Dra. Yvone Dias Avelino. Bolsa do CNPq. E-mail: natanieldalmoreo@bol.com.br

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: Walter Benjamin et al. *Textos escolhidos*.
- BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). Campo Grande: 100 anos de construção. Campo Grande, Matriz, 1999, p. 237-254.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo, UNESP, 2004.
- CONGRO, Rosário. Primórdios de Campo Grande. Revista Brasil-Oeste, São Paulo, ano 2, n. 14, p. 45-47, jun. 1957.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil – 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
- _____. Anuário Estatístico do Brasil – 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- _____. Censo Demográfico – 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. (Mato Grosso).
- _____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, v. 35. (Mato Grosso).
- _____. Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956. (Mato Grosso).
- _____. SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES (SDDI/MS). Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000. Campo Grande, IBGE-SDDI/MS, 2003.

HOBBSAWM, Eric John. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p. 18-33.

_____. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MATO GROSSO (Estado). Evolução da agricultura mato-grossense: período 1970/76. Cuiabá, Secretaria da Agricultura/Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/MT), 1976.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

MELO E SILVA, José de. Fronteiras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai. 2. ed. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

MIGRAÇÃO: O FLUXO AUMENTA 100% ESTE ANO. Correio do Estado, Campo Grande, p. 11, 7 abr. 1982.

MORO, Nataniél Dal. Vozes não-oficiais: a história do operariado industrial de Sidrolândia, MS (1992-2002). 2003. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2003.

OS TERRITÓRIOS FEDERAIS RECÉM-CRIADOS E SEUS NOVOS LIMITES. In: Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, SGEF, ano II, n. 16, p. 445-454, jul. 1944.

XAVIER, Maria Madalena. O problema social do favelado: causas do problema social da favela da Vila Nhanhá de Campo Grande. 1981. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1981.